



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FRANCISLENE MARIA GONÇALVES DE LACERDA

**A INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS: UMA PERSPECTIVA NO ÂMBITO DA ESCOLA
MUNICIPAL PADRE MADEIRA – PICOS – PI**

PICOS-PI
2018

FRANCISLENE MARIA GONÇALVES DE LACERDA

**A INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS: UMA PERSPECTIVA NO ÂMBITO DA ESCOLA
MUNICIPAL PADRE MADEIRA – PICOS – PI**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
Orientador: Prof. Jaziel de Carvalho Costa.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

L131i Lacerda, Francislene Maria Gonçalves de

A inclusão ou integração de alunos com necessidades especiais: uma perspectiva no âmbito da escola municipal Padre Madeira – Picos – PI / Francislene Maria Gonçalves de Lacerda.– 2018.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (53 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof. Me. Jaziel de Carvalho Costa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos onze (11) dias do mês de dezembro de 2018, às 18h, na sala 824, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **Francislene Maria Gonçalves de Lacerda** sob o título "A inclusão de alunos com necessidades especiais: uma perspectiva no âmbito da Escola Municipal Padre Madeira - Picos - PI".

Banca constituída pelos (as) professores (as):

Me. Jaaziel de Carvalho Costa	Orientador
Esp. Joselma Gomes dos Santos Silva	Examinadora
Me. Rannyelle Rocha Teixeira	Examinadora

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 8,5.

Picos (PI) 11 de dezembro de 2018.

Orientador: _____

Examinadora: _____

Examinadora: _____

DEDICATÓRIA

À Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades;

A esta Universidade, seu corpo docente e todos que compõem a janela que hoje vislumbro,
um horizonte superior, centrado na ética e confiança;

A minha mãe Francisca e ao meu pai, por serem minha fonte de inspiração, incentivo e apoio
incondicional;

Àos meus irmãos por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos;

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente, na minha formação, dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que por ter me guardado sempre em todos os momentos da minha vida e ter concedido chegar ao fim deste curso;

À minha mãe Francisca, por ser essa guerreira que sempre lutou por mim e me incentivou a chegar onde cheguei;

À minha segunda mãe, minha irmã Joana, que sempre dedicou-se a cuidar de mim, obrigada por todo seu amor;

Ao meu pai, por sempre preocupar-se comigo.

E, não poderia deixar de lembrar do meu irmão Reginaldo, por colocar-se como um pai para mim, além do meu irmão Isaias, que mesmo distante, sempre incentivou-me a não desisti, aos meus sobrinhos que tanto amo;

Ao meu amor, meu querido namorado, por todo incentivo e paciência a mim dispensados durante esses anos;

Aos meus colegas de curso: Valéria, Mirley, Francisca, Francisca, Janaina, a todas meu muito obrigada, por estarem sempre ao meu lado nos momentos difíceis;

Ao meu professor orientador Jaziel, meu muito obrigado pela compreensão e ajuda dispensada na conclusão deste trabalho;

Enfim, agradeço de todo coração a toda minha família e amigos.

“A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora, pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar”.

Thaís Moraes

RESUMO

O presente trabalho intitulado; Alunos com Necessidades Especiais: uma perspectiva no âmbito da Escola municipal Padre Madeira – Picos – PI, traz o resultado de uma pesquisa desenvolvida na referida instituição em torno do desenvolvimento da inclusão escolar de alunos especiais, que teve como objetivo principal; identificar como acontece a inclusão desses alunos com no ambiente da instituição referida, para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica com a corroboração de autores renomados no assunto como Bersh; Machado (2007), Fuzaro (2016); Mantoan; Santos (2010), dentre outros; e em artigos, revistas e na legislação que rege o assunto. Além disso, para nortear o trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo na escola, através de observação ao ambiente e entrevista com educadores que lecionam para alunos nessa condição, bem como através do recolhimento de um depoimento de um rapaz que apresenta deficiência física, e, conseguiu superar sua necessidade especial. Seguindo esses pressupostos ocorreu o desenvolvimento da pesquisa que resultou nesse trabalho.

Palavras-chave: Inclusão; exclusão; necessidade especial; sala de recurso.

ABSTRACT

The present work entitled; Students with special needs: a perspective within the framework of the municipal school Padre Wood-Peaks-PI, brings the result of a research developed in the institution around the development of the school inclusion of special students, main goal; identify as the inclusion of these students in the environment of the institution, to this end, developed a literature search with the corroboration of renowned authors on the subject as Bersh; Axe (2007), Fuzaro (2016); Mantoan; Santos (2010), among others; and in articles, magazines and legislation governing the matter. In addition, to guide the work, a field research was carried out at school, through the environment observation and interview with educators who teach to students in this condition, as well as through the gathering of testimony from a boy who offers physical disability, and managed to overcome your special need. Following these assumptions occurred the development of research that resulted in this work.

Keywords: Inclusion; exclusion; special need; resource room.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A EXCLUSÃO E A INCLUSÃO ESCOLAR	13
1.1. A EXCLUSÃO ESCOLAR	13
1.1.1. Principais formas de exclusão	14
1.1.2 A Exclusão da Pessoa com deficiência.....	16
1.1.3 A Nova Exclusão Social	17
1.2. A INCLUSÃO ESCOLAR	20
2. A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO	25
2.1. MODIFICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	27
2.1.1. O professor e a formação para a diversidade	28
2.1.2. O Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	29
2.2. O ATENDIEMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE PICOS.....	32
3. RESULTADOS DA PESQUISA	33
3.1. A ESCOLA CAMPO DE PESQUISA	34
3.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	35
3.2.1. Natureza da pesquisa	35
3.2.2. Sujeitos da pesquisa.....	36
3.3. ANÁLISE DOS DADOS	38
3.3.1. A inclusão dos alunos Especiais na sala regular.....	39
3.3.2. Depoimento de um aluno especial.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a Educação Especial no Brasil foi permeada por um longo processo de transformações históricas e políticas que mais tarde indicariam a evolução da mesma. Muitas conquistas foram alcançadas, todavia vários momentos de discriminação e preconceito foram vivenciados por muitas das pessoas especiais que ajudaram a construir a história da Educação Especial brasileira.

Inicialmente, o atendimento a diversidade era oferecido somente por instituições de iniciativas pessoais e privadas, e as classes especiais surgiram apenas como alternativa de separar os alunos “normais” dos especiais.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais passou a ser amplamente discutida, principalmente a partir da década de 90, com a emergência do paradigma inclusivo. Esse processo vem ocorrendo paulatinamente, pois constitui uma atividade desafiadora para todos os que fazem a educação, especialmente para os professores que, muitas vezes, o concebem como um processo angustiante e cheio de incertezas devido às cobranças e dificuldades vivenciadas no processo.

As escolas se preparam e propõem em sua estrutura organizacional práticas inclusivas, pois não podem ignorar a heterogeneidade presente nos principais atores do processo ensino/aprendizagem, neste sentido cabe pensar: qual o papel do professor no processo de Inclusão? Quais as suas competências e como deve ser a sua formação?

O professor assume um papel de extrema relevância no processo de inclusão, porque desse profissional é exigida a capacidade de articular e organizar situações de aprendizagem que considerem a diversidade de seus alunos. Ele deve organizar tempo, espaço e atividades pedagógicas voltadas ao mesmo tempo para todos e para cada um de seus educandos, independentemente de suas peculiaridades. Deve promover uma pedagogia capaz de educar e incluir a todos, mas para que isso ocorra é essencial um redimensionamento de sua formação profissional.

Para que o processo de Inclusão ocorra de maneira satisfatória, faz-se necessário que haja um leque de mudanças na sociedade como um todo. No entanto, deve-se reconhecer que a transformação mais desafiadora nesse processo é a prática do professor, oriunda de sua formação e de seus saberes experienciais, uma vez que ele poderá ser responsável tanto pelo sucesso como pelo insucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois

encontrará diariamente variadas necessidades educativas que necessitarão de diferentes aplicações metodológicas que devem ser comuns a todos.

Observando os fatores descritos anteriormente, o presente trabalho intitulado: "A Inclusão ou integração de Alunos com Necessidades Especiais: uma perspectiva no âmbito da Escola municipal Padre Madeira – Picos – PI" mostrou-se relevante por buscar evidenciar a importância do serviço prestado aos portadores de necessidades especiais na referida instituição, o que veio a justificar a escolha do tema em questão.

Nesse contexto o trabalho desenvolveu-se com o objetivo de identificar como acontece a inclusão dos alunos com necessidades especiais na Escola Municipal Padre Madeira, bem como através de uma análise da estrutura física e pedagógica da escola, para tanto realizou-se uma pesquisa descritiva e bibliográfica, em que baseou-se na teoria de Sasaki (1997), Mantoan; Santos (2010), Nascimento (1994), Favero (2010), entre outros que corroboraram com a construção da referida monografia.

Além disso, para o desenvolvimento da pesquisa que norteou esse trabalho, foi realizado uma investigação de campo na instituição pesquisada, onde foi observado o espaço físico da escola, a sala de recurso de Atendimento Educacional Especial (AEE) que a mesma dispõe e uma entrevista com três professores, sendo dois atuantes no AEE e um que trabalha em turma regular que tem aluno especial.

Com base nesses dados, o trabalho que aqui se configura foi estruturado obedecendo a seguinte ordem: o primeiro capítulo apresenta uma fundamentação teórica sobre a Exclusão e a Inclusão de modo geral e no ambiente escolar, apresentando as principais formas de exclusão, faz uma explanação acerca da exclusão da pessoa com deficiência, finalizando com uma análise na Legislação vigente relacionada ao assunto.

O segundo capítulo apresenta a escola como espaço inclusivo, as modificações nas instituições de ensino, desde sua estruturação, até a formação do educador para a diversidade, traz também uma discussão sobre o atendimento educacional especializado de modo geral e no município de Picos – PI.

Já o terceiro capítulo traz o resultado da pesquisa com a caracterização da escola pesquisada, os pressupostos metodológicos que nortearam ao desenvolvimento do trabalho, a natureza da pesquisa, os sujeitos envolvidos, as respostas dos educadores às entrevistas, a análise dos dados pesquisados, a inclusão dos alunos especiais na sala regular, finalizando com o depoimento de um aluno especial. Foi partindo desses pressupostos que deu-se a construção do presente trabalho.

1 A EXCLUSÃO E A INCLUSÃO ESCOLAR

1.1. A EXCLUSÃO ESCOLAR

Apresenta-se como exorbitante a quantidade de crianças e adolescentes fora do ambiente escolar no Brasil. De acordo com o documento produzido no ano de 2017 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No Brasil, 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. A exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. Do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo. (UNICEF, 2017 p.03).

A discussão em torno da exclusão escolar teve início no século passado através dos estudos de Martine Xiberras (1993), Castel (1998), Buarque (1999), entre outros. No entanto, foi através das contribuições de Freire (2000), Arroyo (1995), Sawaia (1999), bem como das pesquisas de Dorneles (1986) e Patto (1999), foi nesse período que deu-se início a teorização da exclusão.

Contudo a referida discussão perpassa até a atualidade, porém, segundo Freitas (2007) está ocorrendo o surgimento de novas formas de exclusão nos sistemas escolares, das quais, não se tem muito controle. Aliado a isso, segundo o mesmo autor, está a reprovação, uma das mais antigas formas de excluir o educando do sistema. Mas na verdade, o que significa exclusão?

De acordo com o dicionário Aurélio, exclusão (FERREIRA, 2001, p. 304), significa “ato de excluir (-se)”. Desta forma entende-se que trata tanto do ato de excluir como o de excluir-se de um processo, em outras palavras, é ser posto ou sair de um processo. O excluído é aquele que é incompatível com o processo, que fica privado, é expulso ou retira-se de um processo.

A exclusão é um processo que está presente em todas as camadas sociais, mas, atinge com maior intensidade a camada popular. Para Buarque (1993) trata-se de um processo, em que o ser é deixado à parte, ele separa-se do gênero humano. É desta maneira que se apresenta, cruel, que separa as pessoas que considera desqualificadas para a vida em sociedade.

Neste sentido Bonetti corrobora com a seguinte visão:

[...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. (BONETTI, 1988, p. 15).

É quando separa-se o diferente do mundo dominante, tendo aquilo que não atende as normas deixado de lado, mesmo que para isso tenha que desconsiderar a existência humana, ou seja, o diferente é ignorado de tal forma que é como se não existisse, ser excluído é ficar à margem das coisas, sociedade, ou ambiente, sem ter possibilidade de se relacionar socialmente. Para Xiberras (1993, p. 21), “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores”. Aqueles que implicam no imaginário social como imagens constituintes da exclusão.

Para Castel (1998) a exclusão trata-se da desafiliação, ou seja, uma maneira de romper o pertencimento, dos vínculos sociais, onde “[...] o desafiado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis [...]” (CASTEL, 1998, p. 416). Porém, todo processo de exclusão trata-se de uma maneira contundente em que se afirma a situação de pobreza, bem como as diversas formas de rompimento do vínculo social. Neste sentido o referido autor apresenta que, temos que “a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais e particularidades da sociedade, tomada como um todo”. (1998, p. 569). Nesse viés entende-se que as particularidades acirradas do processo de exclusão, referem-se a forma como a sociedade relaciona-se com o diferente.

Na visão de Bezerra (2018), a Exclusão Social nomeia uma técnica de afastamento, em que há a privação individual ou de grupos sociais em vários meios da sociedade. Refere-se também a uma condição característica do capitalismo contemporâneo, ou seja, em que é impulsionado através da estrutura do sistema político.

Levando-se em consideração os fatores descritos, percebe-se que as pessoas que se encontram nessa condição social estão mais vulneráveis a sofrer preconceitos. Elas são marginalizadas pela sociedade e veem se impedidas de exercer livremente os seus direitos de cidadãos. Dentre os fatores que provocam a exclusão segundo Bezerra (2018), estão as condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, bem como as deficiências, dentre outros.

Para a autora, os excluídos sociais, na sua maioria tratam-se de indivíduos pertencentes a classe social baixa, que possuem uma cultura diferenciada ou religião. Como exemplos, temos os negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, toxicodependentes, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros. É muito comum que essas pessoas ou grupos sociais sofram muitos preconceitos, fato que afeta diretamente aspectos da vida, gerando o isolamento.

1.1.1. Principais formas de exclusão

Há diversos tipos de exclusão no meio social, Costa (2011), apresenta-a em cinco ordens: econômica, social, cultural, patológica e comportamentos autodestrutivos.

Segundo o referido autor, a Exclusão de ordem econômica trata-se daquela dispensada a pessoas com características que envolvem as más condições de vida, em que os envolvidos possuem baixos níveis de instrução e aliado a isso não possuem qualificação profissional, é estão em condição de pobreza.

No que se refere a Exclusão Social de ordem social esta trata-se daquela relacionada ao nível dos laços sociais. Nesse tipo específico, acontece a privação de relacionamento, que é caracterizada pelo isolamento dos indivíduos que são considerados inúteis pela sociedade. Alguns fatores que levam a esse tipo de exclusão são os modos de vida familiar, não tendo nada a ver com a pobreza, a não ser que tenham sua causa relacionada também aos aspectos econômicos.

Ainda em relação aos tipos de exclusão, Costa (2011), apresenta que Exclusão Social de ordem cultural, trata-se de uma forma que está relacionada com fatores culturais, dentre estes estão os fenômenos como o racismo, a xenofobia, dificuldade de integração social de minorias étnicas. Este é um dos mais comuns no Brasil, que apesar de ser um país pluricultural, presencia diariamente episódios de racismo, principalmente com os afrodescendentes.

Segundo o autor acima referido, existe também a Exclusão social de ordem patológica, caracterizada por situações de origem patológica do indivíduo, principalmente de natureza psicológica ou mental, exemplo, doentes psiquiátricos; mas, pode também está ligado ao desprezo dos filhos por idosos, sendo que em muitas vezes, é a causa do abandono destes em asilos por parte dos familiares, que preferem excluí-los do convívio com a família a ter que cuidar das suas enfermidades.

Além de todos os outros tipos já relatados, Costa (2011) ainda elenca a exclusão Social por comportamentos autodestrutivos, que segundo o mesmo acontece em relação a grupos de indivíduos que por motivos particulares se colocaram numa situação prejudicial para eles. Neste contexto, encontram-se os comportamentos indesejados na sociedade por pessoas portadoras do alcoolismo, àqueles que se prostituem, que fazem o uso de droga, entre outros, essas ações geram a exclusão desses indivíduos. Para Sawaia (1999);

A exclusão não é um estado que se adquire, do qual se livra em bloco, de forma homogênea. Ela é um processo, configurado nas influências entre o pensar, sentir e o agir as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético, entre a morte emocional e a exaltação revolucionária. (SAWAIA, 1999 p. 110-111)

Segundo o este autor a exclusão não se trata de algo do qual o indivíduo possa livrar-se, trata-se portanto, de um processo que se configura entre o que as pessoas pensam sobre determinada raça, idade. Por exemplo, um grupo de jovens de idade entre 14 e 16 anos, costumam excluir da sua convivência, pessoas com mais de 20 anos.

Ao se elencar as principais formas de exclusão, e relacioná-las ao ambiente escolar, percebe-se que há a possibilidade da maioria delas ocorrerem no meio, tendo em vista que trata-se de um espaço aberto a todas as culturas, sujeitas a todo tipo de rejeição e preconceito. Aliado a isso estão diversos fatores, dentre eles, os ligados a repetência, como: o déficit de aprendizagem, o comportamento agressivo, entre outro

Em série de reportagens realizadas pela Revista Nova Escola em 2014, ficam evidenciados o racismo e a dificuldade de integração social de minorias no ambiente escolar, mesmo relatos dando conta que o país conseguiu praticamente universalizar o acesso à educação.

De acordo com Meirelles (2014), as crianças mais atingidas com a exclusão escolar são aquelas oriundas de populações vulneráveis, como negras, indígenas, pobres, sob risco de violência e com deficiência, sendo que a maioria vive nas regiões Norte e Nordeste.

1.1.2 A Exclusão da Pessoa com deficiência

Ao longo dos anos, a discriminação e o preconceito com pessoas deficientes cresce cada vez mais, o que os deixa a margem da sociedade nos mais diferentes campos e aspectos, prejudicando a vida social, profissional e até mesmo familiar do cidadão em questão.

Os deficientes físicos recebem tratamento inferior em relação aos demais. Não têm seus são direitos atendidos como deveriam. A discriminação em relação a eles no âmbito social necessita ser combatida, pois está presente em todos os lugares: nos meios de transporte, nos acessos que não existem, nas barreiras de acessibilidade, nas ruas, nas escolas e nas oportunidades de trabalho.

De acordo com Fuzaro (2016), historicamente, o deficiente, era considerado como um incapaz, que dependia totalmente da caridade alheia. O deficiente sempre foi um “receptáculo” da caridade, por meio de sua dependência e indigência, sem jamais se desesperar. A maioria dos deficientes estão longe de ser incapazes. Um cadeirante, por exemplo, não tem a capacidade de ficar de pé e andar, mas, por outro lado é plenamente capaz de utilizar de outros dons, como as mãos e a mente; deficiente auditivo pode não ter a capacidade de ouvir, mas pode se comunicar através da linguagem de sinais.

De acordo com referida autora, mesmo sendo portadores de capacidades especiais, no imaginário popular, são inválidos, e a sociedade os condena a depender de favores e caridade alheia. Eles são excluídos do meio social, pois o meio acredita que não são capazes de sobreviverem sem a ajuda de outras pessoas, quanto mais de trabalharem, ou produzirem alguma coisa, acredita-se que irão emperrar o andamento de qualquer que seja o trabalho e causar prejuízo, portanto, contratá-los trata-se de caridade forçada, imposta pelo governo, que pouco importa-se com a economia do país, bem como das empresas, que seriam levadas à falência.

Segundo Fuzaro (2016), “eles são privados dos meios de produzirem qualquer coisa, são deixados a margem e deixam de contribuir para o bem-estar social, produzindo bens e serviços úteis que beneficiariam a todos. Inclusive o individualista que só pensa no próprio umbigo”. (FUZARO, 2016 p. 01)

A exclusão de pessoas com deficiência, desenvolve-se em todos os ambientes, e na escola ela inicia na concessão de vagas, pois mesmo com a obrigatoriedade do oferecimento de vagas em todas as escolas, isso não procede, pois muitas delas se recusam a receber crianças portadoras de deficiências, alegando não possuir suporte para os mesmos, e, quando são inseridos nessas instituições, sofrem discriminação, seja pelo educador que não se julga capaz de suprir as necessidades que estes têm em orientação, ou pelos colegas de classe que não aceitam as diferenças que essas crianças possuem.

1.1.3 A Nova Exclusão Social

A nova exclusão social teve sua construção num processo simultaneamente econômico, através da expulsão do mundo do trabalho, em que não reconhece ou nega os direitos de alguém, através da ruptura de vínculos societários e, por muitas vezes, comunitários.

A recente forma de exclusão, consiste num processo que articula diversas dimensões e se constrói historicamente. Trata-se de uma tendência que se desenha em nossos dias, nada se podendo afirmar do ponto de vista prospectivo. Nesse interm, Nascimento (1994) pensa que “A nova exclusão social consiste num processo que articula diversas dimensões e se constrói historicamente. Trata-se de uma tendência que se desenha em nossos dias, nada se podendo afirmar do ponto de vista prospectivo”. (NASCIMENTO, 1994 p. 36)

Segundo Nascimento (1994), estas formas de exclusão estão estritamente ligadas a revolução científico-tecnológica, que traz consigo reformulações no mundo de trabalho, em que os trabalhadores são substituídos por máquinas, isso soma-se a rápida urbanização.

Ainda no que se refere as atuais maneiras de exclusão, estão intrinsecamente ligadas a necessidade da inclusão ao meio. Estas podem prevalecer desde o ambiente de trabalho, em que acentua-se as disparidades entre diferentes categorias de trabalhadores, até o ambiente escolar, através da rejeição das diferenças existentes no ambiente. Estas, fazem com que o educando se interne nas escolas pelo retardamento a partir de sua eliminação, o que segundo Carvalho (2001), acontece pela imersão que a sociedade brasileira vive, em meio as desigualdades tanto de raça, como de gênero, as quais vem marcando profundamente os brasileiros em todos os ambientes que frequentam, inclusive no escolar.

Neste sentido, são vários os fatores que estão ligados a exclusão no ambiente escolar, além da falta de profissionais treinados para trabalhar com os excluídos, estão: o desinteresse do educando e a falta de acompanhamento dos pais, que muitas vezes compõem uma família desestruturada, bem como o aprofundamento da distância cultural e social que separa os professores e seus alunos.

Levando-se em consideração os fatores supracitados, percebe-se que o fracasso escolar está diretamente ligado à exclusão, tendo em vista que a reprovação está conectada as dificuldades de aprendizagem que o aluno apresenta na escola, bem como de interagir ao meio social, pois esse fato leva a um tratamento como incapazes de adquirir conhecimentos, ou de assimilá-los, isso torna-os inibidos, tendo em vista que não conseguem se expressar, pois não se adaptam ao conhecimento. Esses fatores acabam por fazer com que o próprio educador o exclua, pois como o educando não se mostra capaz de acompanhar o ritmo imposto no ambiente escolar, então, supostamente não possui habilidade para adquirir e desenvolver novos conhecimentos.

De acordo com o documento do UNICEF (2017), a exclusão escolar não é fato novo, e que mesmo depois de 2005 para cá, havendo caído, o percentual da exclusão nas escolas brasileiras, o fato ainda está longe de ser superado.

Segundo Silva (2005), são vários os motivos que tornam o educando incapaz de realizar atividades típicas do espaço escolar, que os tornam inaptos a agir com sucesso onde envolve o uso da língua escrita e falada, entre tantas outras atividades cotidianas no referido ambiente, até mesmo no momento de lazer e interação que permeia todas as instituições de ensino. Essas limitações estão ligadas a diversos coeficientes, dentre eles destacam-se: os sociais, os físicos e os psicossociais.

Tendo em vista que a exclusão está ligada a uma forma de dificuldade que leva as pessoas ao isolamento e até mesmo a discriminação de um determinado grupo, esse é um

processo que tem sua existência também em relação a inclusão, pois envolve a pessoa por inteiro e o seu relacionamento com os outros.

No que se refere a pessoa com necessidade especial, esta pode apresentar traços que extrapolam o que é considerado “normal”, o que empobrece seu imaginário, decresce suas capacidades intelectuais. Isto é comprovado diariamente nas instituições escolares, pois basta apenas ser diferente para ser excluído do meio sócio escolar ou se excluir desse ambiente. Piccoli (2010).

Nesse viés, encontra-se a relevância física como atributo na formação de conceitos, onde as pessoas são julgadas pela sua aparência, como mais ou menos competentes. Isso é muito comum nas escolas, um fato que pode ser observado corriqueiramente. Um exemplo disso aconteceu há poucos dias em uma escola (a qual não será nomeada para preservar a imagem, tanto da instituição, quanto da criança), onde a direção ao receber um aluno com lábios leporinos (fenda labial) teve que chamar a atenção da maioria dos alunos da instituição por praticarem *bullying* com o educando. A gestora observou que a criança ficava o recreio inteiro encolhido e com a mão à frente da boca, ele se recolhia na solidão, nesse caso é perceptível claramente que além de ser excluído pelos colegas que ignoravam suas habilidades intelectuais por conta da sua deficiência facial, ele próprio se excluía do ambiente, preferindo ficar sozinho.

Nesse sentido, cabe as palavras de Piccoli (2010) ao citar Dubet, a mesma relata que “a exclusão não se limita ao núcleo dos alunos com dificuldades, é possível considerar que além disso, há uma provocação de elo que revela uma contradição essencial da escola quanto ao lugar que é reservado ao sujeito”. (PICOLLI 2010, p. 13)

Essa contradição pode ser observada na escola democrática que tem como premissa a igualdade de todos. Muitas vezes ao incluir pessoas com necessidades especiais em um ambiente escolar se faz uma grave exclusão destes, tendo em vista que a maioria das instituições não conta com profissionais treinados para lidar com alunos deficientes, visto que durante muito tempo o diferente foi deixado a margem da educação: “principalmente o aluno com deficiência, que era atendido separadamente ou excluído por inteiro do processo educativo”. (MEC, 2001)

Vem ocorrendo o acolhimento desses educandos por parte das instituições, porém não está havendo o atendimento especializado, tendo em vista que os sistemas de ensino não contratam mão de obra especializada e também não capacitam os seus profissionais para atender esse alunado. Isso é um dos fatores que provocam o *déficit* na aprendizagem desses educandos e faz com que sintam-se excluídos, o que acontece devido à falta de capacidade dos educadores, que muitas vezes veem-se perdidos na metodologia aplicada, sem contar que muitos alegam

que dependendo da deficiência, esses alunos excluem-se do convívio sócio-escolar. Percebe-se portanto, um desrespeito ao direito de igualdade que esse educando tem garantido por lei.

Sabe-se que “a igualdade trata-se de um valor que se extrai do relacionamento entre duas situações em que as coisas estão entremeadas à comparação”. Ao levar-se em consideração os conceitos de igualdade, pressuposto que claramente considera a diversidade dos indivíduos, percebe-se que a exclusão está cada vez mais presentes nas escolas. Melo e Arnaud (2018)

Levando-se em conta os fatos pressupostos, alguns professores alegam ainda, que os educandos deficientes excluem-se por si só, principalmente se a deficiência é fator que afeta a aparência, pois estes sentem-se constrangidos e isolam-se, criam um muro ao redor e as vezes abandonam a escola. Outro fato alegado pelos profissionais de educação é a falta de capacidade que possuem em conciliar o ensino desses alunos com os demais da turma, tendo em vista que na maioria das escolas. No Ensino Fundamental há apenas o professor titular que assume turmas superlotadas, e sozinho precisa dispensar atenção a cada um desses educandos. Isso, faz com que haja grave exclusão na turma, desde pessoas com déficit de aprendizagem, até os educandos portadores de deficiência, que são os mais prejudicados.

Neste sentido, esses educadores são de opinião que ao invés de estar ocorrendo a inclusão de portadores de deficiência, está havendo a exclusão destes, tanto por parte do sistema, como do próprio educando que se coloca a margem da processo educacional.

A escola é uma instituição privilegiada para refletir e discutir a promoção da diversidade e inclusão de pessoas com deficiência, não apenas no âmbito do seu espaço, mas na sociedade em geral. Por isso, inúmeros pensadores vêm se esforçando para a construção desse ambiente aberto a diversidade em que se preze a inclusão de pessoas com deficiência, e neste viés já obteve-se um grande avanço, mas estamos longe do desejável.

1.2. A INCLUSÃO ESCOLAR

Desde a promulgação da Carta Magna em 1988, várias Leis e resoluções que se referem a inclusão de pessoas com deficiência foram criadas como: a Nº 10.098/94, a LDB Nº 9394/96, Nº 13.146/2015, entre outras, mas o que está disposto em documentos, ainda é uma utopia, o paradigma da segregação é intenso e, ainda, encontra-se enraizado principalmente nas instituições de ensino.

Neste sentido, a concretização da escola inclusiva desenvolve-se com base nos valores éticos, bem como nos ideais de cidadania e equidade para todos, em contraposição aos sistemas

de inferioridade e desigualdade, levando-se em consideração esta premissa, Sasaki conceitua inclusão como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulações de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias de vida. (1997, p. 41)

Para o autor, inclusão é uma maneira da sociedade adaptar-se à pessoas com necessidade especiais, além de ser a forma destes assumirem seus lugares no meio social, segundo ele, é uma maneira de lutar transpondo barreira impostas pelo espaço em que vivem.

De acordo com Picolli (2010), o debate em torno da inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais, faz um resgate de uma questão essencial à construção de uma sociedade igualitária que respeita e trabalha com as diferenças, bem como expressa a Constituição Federal (CF) de (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, LDB (9.394/96) que estabelecem a educação como direito de todos, e, por conseguinte oferece atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Antepondo-se ao ano de 1994, aconteceu instituição da Lei Nº 10.098/94 para estabelecer normas gerais e critérios básicos, visando a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência nas vias e espaços públicos.

Partindo dessa premissa, desenvolve-se uma grande evolução na inserção do deficiente físico no meio social, tendo em vista que a Lei nº 10.098/94 trata da possibilidade e condição destes se locomoverem nos espaços urbanos, sem obstáculos que dificultem a mobilidade e impossibilite a expressão nos sistemas de comunicação, assim como disposto no seu Atr. 2º, incisos I e II.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. (BRASIL, 2000 p. 01)

A referida Lei configura-se como um grande avanço social, tendo em vista que veio para facilitar a locomoção dos deficientes físicos, principalmente dos cadeirantes, torna-los mais independentes, com a instituição do planejamento urbano com serviços adaptados aos mesmos.

Porém, foi em meados do ano de 2015, que a então Presidente da República, Dilma Roussef, sancionou a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Nº 13.146/15, a qual destina-se a assegurar e promover os direitos fundamentais da pessoa com deficiência.

Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3o do art. 5o da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. (BRASIL, 2015 p. 01)

Esta Lei ainda dispõe sobre aqueles considerados deficientes, considera-se a acessibilidade, o desenho universal e a tecnologia assistiva, bem como o que está ligado a equidade de direitos e da não discriminação.

Art. 4º. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º. A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa. (Brasil, 2015, p. 03)

Desde a Constituição de 1988 que a política de inclusão social das pessoas deficientes já existe no Brasil e nos coloca em pé de igualdade com o ideário proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), aliado a CF de 1988, outros documentos, como o Decreto nº 5.296/2004, também conhecido como o “Decreto da acessibilidade”. Corroborando com esse pensamento, vem o Art. 8º da Lei 13.146/2015:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015 p.03)

De acordo com Melo e Arnaud (2018), também cabe ressaltar, que as questões referentes às pessoas deficientes, têm sua condução através da esfera dos direitos humanos desde o ano de 1995, período da criação da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério da Justiça na esfera do governo federal. Foi a partir da década de 1990, que “a educação brasileira sofreu a influência de um considerável número de dispositivos legais na forma de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções no âmbito da Legislação Federal, Estadual e Municipal que encerram questões referentes às pessoas deficientes”. (p. 4)

Neste sentido, entende-se dentre estes dispositivos legais está a LDB 9.394/96, que regulamenta, descreve as funções, especificações e funcionamento das escolas no país, seja no âmbito público ou particular, além disso, institui as modalidades de ensino e rege a educação de forma geral. No que se refere à educação inclusiva, a referida Lei, garante inserção na rede regular de ensino das pessoas deficientes nos artigos 58, 59 e 60, além de prezar pelo atendimento especializado para os educandos que assim necessitarem. Melo e Arnaud (2018)

Em relação a educação inclusiva a Lei Nº 13.146/2015 institui todos os direitos do deficiente físico, dentre elas o direito a educação imposto no seu capítulo IV, Artigos 27 e 28, no primeiro disposto trata de instituir o direito a educação inclusiva.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015)

Já o Art. 28 da referida Lei, apresenta as incumbências do poder público, no que se refere a assegurar a inclusão dos deficientes nos sistemas de ensino.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015)

Com base nas discussões sobre a legislação que rege a inclusão da pessoa com deficiência, Barbosa (2006) interpreta as Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica para conceituar inclusão:

A garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação as diferenças individuais, de espaços coletivos na equiparação

de oportunidade de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida. (BARBOSA, 2006 p.43)

Barbosa (2006), apresenta que a inclusão deve ser feita de forma contínua, que a pessoa incluída deve sentir-se como parte da sociedade em questão, ter seus direitos respeitados em todos espaços, bem como suas diferenças aceitas, tendo em vista a diversidade humana. Para tal, faz-se necessário que os educadores tenham a capacidade de oferecer oportunidades de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, que sejam capazes de desenvolver o ensino de acordo com as necessidades específicas deles, assim de como socializar essas especificidades no âmbito da turma.

Para Melo e Arnaud (2018), tendo em vista a importância da escola na vida dos educandos, a inclusão no processo educativo deve ser considerada como primeiro passo a ser seguido, uma vez que a educação é um espaço de socialização e aprendizagem. Para tanto, as instituições de ensino necessitam abrir-se para adaptar-se aos novos paradigmas educacionais.

Ainda segundo as autoras, ao tomar consciência da importância do processo de inclusão é imprescindível romper as barreiras que impedem o acesso de todos a escola, bem como reconhecer que são as instituições de ensino que têm papel primordial na formulação da consciência de cidadania e dos direitos, tendo em vista que é na escola que os alunos começam a conviver coletivamente, fora do contexto familiar. Sendo assim, é dessa maneira que se exerce a cidadania e conhece direitos e deveres no exercício da convivência.

Levando-se em consideração os aparatos legais, o discurso da educação inclusiva se legitima nos sistemas de ensino. Através desses aparatos, acontece a inclusão das minorias como condição de necessidade e realidade.

Segundo Silva, Dechichi e Sousa (2012), todo o aparato legal subsidia os sistemas de ensino, utiliza-se de conceitos que sustentam os mecanismos de subjetivação, agenciam os desejos dos diferentes sujeitos com e sem deficiência, para as autoras, os excluídos do meio social, passaram a valer-se da legislação para ter garantidos seus direitos.

2. A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

De acordo com Goffredo (1999), para que a escola, venha a ser considerada um espaço inclusivo, é necessário que abandone a condição de instituição burocrática, que apenas cumpre das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Neste viés, deve transformar-se num espaço de decisão, que ajusta-se ao seu contexto real e responda aos desafios que se apresentam. O espaço escolar tem a necessidade de ser visto como espaço democrático, que respeite a pluralidade cultural.

Este novo desenho da escola segundo o autor citado anteriormente, implicará em uma busca incessante, de alternativas que venham a garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Neste sentido, o desejável é a construção de uma sociedade inclusiva, que preze pelo compromisso com as minorias, formadas pelos excluídos do meio social, grupo esse que inclui alunos com necessidades educativas especiais.

Goffredo (1999) ao citar Werneck (1997, p. 42)

Coloca que "[...] a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados". Como já vimos anteriormente, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, o que é no mínimo apropriado, já que temos cerca de 15 milhões de deficientes segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja grande maioria está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como é seu direito. (GOFFREDO, 1999 p. 45)

Percebe-se nas palavras do referido autor que a inclusão surgiu com o intuito de derrubar barreiras impostas as pessoas que recebem qualidades negativas do meio em que vivem, e que o Brasil, unido a outras nações está engajado no movimento social que visa fazer a consolidação desse direito atribuído a todos. Juntamente a isto, é importante ressaltar que cerca de 15 milhões de brasileiros possuem deficiência segundo a ONU.

Neste sentido cabe refletir as palavras de Mantoan (2003), que trata a inclusão total e irrestrita como:

Uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MOANTOAN, 2003 p.18)

A autora citada anteriormente traz o entendimento de que a inclusão é a maneira que temos de reverter a situação e os fatores que acabam por excluir os nossos educandos da escola. Ela diz ter convicção de que todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem, bem como os educadores, necessitam ter a consciência da necessidade de expulsar a exclusão de nossas instituições escolares, mesmo de fora delas, além de compreender que os desafios são necessários, para que se possa avançar, progredir, evoluir nos empreendimentos.

Moantoan (2003) trata também da facilidade de receber os “alunos que aprendem apesar da escola”, ou seja que não necessitam de uma atenção especial, e é mais fácil ainda fazer o encaminhamento daqueles que apresentam dificuldades para as classes e escolas especiais, bem como aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração, pois é bem mais fácil ensinar alunos que não apresentam dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, é através dessas válvulas de escape que os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, bem como os deficientes, são discriminados, ou segregados pela falta de habilidade que muitos educadores tem de lidar com esse tipo de aluno.

Ao refletir sobre o assunto, Borges e Pereira ressaltam que;

Um sintoma desse fenômeno, aparece na postura de algumas escolas e/ou certos gestores educacionais, que frente às dificuldades e desafios para implementar a inclusão escolar, reforçam a ideia da manutenção dos espaços especializados nas escolas: classe especiais, sala de recurso, sala multifuncional, entre outros nomes que se dão a estes ambientes segregacionistas. (2018, p. 420)

O atendimento segregacionista, é aquele que acontece de forma discriminatória, em instituições que portam as salas de recurso, porém, enquanto algumas instituições insistem no atendimento nessas salas, outras, além de não contarem com tais espaços, não possuem pessoas especializadas para desenvolver uma educação de qualidade para seus alunos deficientes. Além disso, ao trabalhar dessa forma, as instituições não estão promovendo a inclusão da diversidade no seu ambiente.

Nesse sentido, ao citar Ambrosetti, as autoras supracitadas relatam que:

“Trabalhar com a diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade”. Pelo contrário, esse trabalho envolver o favorecimento do diálogo. Neste sentido, constitui imperativo “dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade”. (AMBROSETTI, 1999, p.92)

Ao refletir essas palavras, educadores buscam compreender como desenvolver esse ambiente favorecendo a interação entre os atores do processo educativo, tendo em vista que a inclusão pode ser realizada dessa forma quando trata-se de pessoas, que mesmo com suas limitações conseguem interagir de forma confortável e envolvem os colegas numa rede de solidariedade.

Segundo Goffredo (1999), entende-se que a existência da escola dar-se em função do aluno, este por sua vez, ingressa nela para se apropriar de conhecimentos, de habilidades cognitivas, bem como para aprender a desenvolver um relacionamento crítico e produtivo na sociedade. Quando a escola não proporciona isso, ela não cumpre seu papel. Sendo assim, compreende-se que o sucesso dos educandos não pode estar atrelada a sua capacidade de adaptação aos códigos existentes dentro dela, isso acaba por caracterizar a cultura do fracasso,

pois essas crianças com carência social e cultural “são vistas como incapazes de aprender e avançar dentro de uma escola acabada e perfeita, que se julga imune à qualquer avaliação”. (p.49)

Neste sentido Goffredo coloca que;

Podemos, então, concluir que a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. Neste fim de século, nossa escola não pode mais desconsiderar esse desafio. Ela terá de estar preparada para lidar com situações que fujam ao cotidiano. (1999, p.49)

A autora supracitada ainda coloca que a não-garantia de acesso e permanência de todos na escola trata-se da maneira mais perversa e irreversível de exclusão escolar e, que tem como a exclusão social, pois os excluídos tem os seus direitos elementares de cidadania negados. Neste contexto, há a compreensão de que um projeto educativo baseado nos princípios de integração/inclusão, deve ser feito através da renovação pedagógica, que passe a considerar as diferenças, pois o crescimento econômico, social e político está atrelado a qualidade da educação, sendo assim não há dúvida de que “os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos e, portanto, estabelecer metas e procedimentos eficientes de inclusão e de ampliação da cidadania”. (GOFFREDO, 1999 p. 50)

2.1. MODIFICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Nos últimos anos, as políticas públicas em relação a educação especial vêm avançando bastante, tendo em vista que pesquisadores têm cada vez mais direcionado suas discussões e pesquisas no que se refere aos papéis das instituições escolares perante as propostas reveladas nos documentos oficiais, com a pretensão de se transformarem em sistemas educacionais inclusivos.

Levando-se em consideração a organização de escolas inclusivas, compreende-se que a estrutura da instituição escolar deve garantir a acessibilidade de diversas formas, iniciando com o acolhimento dos educandos especiais e através da organização das práticas em sala de aula.

De acordo com Silva (2014), para que haja a constituição do processo de inclusão de maneira efetiva, há a necessidade do implante de ações básicas que promovam a igualdade de oportunidades, para que além do acesso ocorra também a permanência da pessoa com deficiência no ambiente escolar. Fato descrito por Fávero (2010);

A permanência de alunos com deficiência no ambiente escolar exige que tal ambiente e as pessoas que o compõem realizem transformações destinadas à sua adaptação às necessidades específicas dos mais diversos alunos. Só assim eles terão igualdade real de oportunidades. (FÁVERO, 2010, p.29)

O autor supracitado trata da exigência das transformações que devem ocorrer no ambiente escolar com vistas a adaptação dos alunos com as diferentes especificidades de forma igualitária, adaptações estas que devem ocorrer desde o espaço físico das instituições, até os recursos utilizados pelos educadores, bem como a capacitação destes para atender as necessidades específicas de todos os alunos. Neste sentido, Rodrigues (2006) apresenta que;

Se vamos pedir às escolas para diversificar sua resposta e criar serviços adaptados, a populações que antes nunca lá estiveram, é essencial que mais recursos humanos e materiais sejam endereçados às escolas. A EI (Escola Inclusiva) pressupõe uma escola com uma forte confiança e convicção de que possua os recursos necessários para fazer face aos problemas. (2006, p. 310)

Se a instituição escolar deve promover a acessibilidade do aluno com necessidade especial, é cabível desenvolver esse trabalho propiciando a adequação de condições físicas ambientais e materiais para que o acesso desse aluno seja feito de forma a propiciar melhores condições de comunicação, interação e permanência entre as pessoas da comunidade escolar, de modo que essas atividades favoreçam a participação e interatividade entre todos os envolvidos no processo.

2.1.1. O professor e a formação para a diversidade

É muito importante o envolvimento das entidades governamentais, educacionais e sociais no desenvolvimento de uma escola inclusiva e aberta a diversidade, em que os educadores possam representar um papel valioso, através de sua prática pedagógica, tendo em vista que suas atitudes e práticas possam determinar o sucesso ou insucesso do aluno deficiente. Fato que Vitta discorre da seguinte maneira;

Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar. A predisposição dos professores em relação à integração dos alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas forem graves e tenham caráter permanente, é um fator extremamente condicionante dos resultados obtidos. Por isso, uma atitude positiva já constitui um primeiro passo importante, que facilita a educação destes alunos na escola integradora. (VITTA, et al, 2010, p. 425).

Entende-se portanto que, o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades especiais está diretamente ligada a aceitação da prática inclusiva, por parte do docente. Segundo Vitta (2010), o educador deve desenvolver atitudes positivas que predisponham a integração desses educandos ao ambiente escolar.

Ao discutir-se sobre inclusão educacional, há a pressuposição de que a mudança de atitude, deve desenvolver-se de modo que se adeque às necessidades da atualidade. A escola precisa reinventar-se e renovar-se, e o educador deve estar sempre atualizado quanto ao seu trabalho, tendo em vista a diversidade apresentada pelo seu alunado.

De acordo com Silva (2014), o ambiente escolar vem passando por uma grande transformação ao longo dos anos, e diante dessas novidades, não pode ignorar um assunto tão importante como a inclusão de pessoas com deficiência no seu ambiente, pois ao anular e marginalizar as diferenças nos processos por meio dos quais forma-se e instrui os alunos, implica-se em desconhecer os valores e os sentimentos daqueles que são excluídos.

No que se refere à prática pedagógica, entende-se ainda que a acessibilidade deve ser promovida através da utilização de recursos e materiais didáticos que sejam adequados para a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, bem como de técnicas capazes de desenvolver as habilidades que estes educandos apresentam.

Conforme Silva (2014), dentre os materiais acessíveis às práticas pedagógicas, estão aqueles “que podem ser produzidos na sala de recursos, considerados recursos de Tecnologia Assistiva de baixa complexidade podendo ser utilizados em atividades desenvolvidas nas salas de aula do ensino regular, bem como no AEE – Atendimento Educacional Especializado.” (SILVA, 2014 p. 32)

2.1.2. O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Com o intuito de complementar as ações voltadas para uma prática inclusiva de forma efetiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dispõe sobre o AEE, bem como regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da Lei nº. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB). Além disso, o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução n. 4/2009, art. 5º, institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Silva (2014), apresenta que o AEE foi organizado com o intuito de suprir as necessidades que os educandos com deficiência dentro do ensino regular. Neste sentido, dentre outras atribuições e conforme as necessidades de cada aluno com deficiência, “o AEE disponibiliza desde o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização e ainda oferece serviços de Tecnologia Assistiva”, com o objetivo de atender as especificidades de cada educando, através da utilização de materiais pedagógicos pré-fabricados, fazendo as adequações necessárias ou produzindo novos recursos (BRASIL, 2010).

Segundo Bersh e Machado (2007), o AEE deve ser ofertado obedecendo a grade curricular regular, mas com um cuidado especial por parte do educador que deverá ser capaz de adequar através de técnicas e recursos multifuncionais esse currículo ao seu alunado de forma específica e que considere as individualidades e necessidade de cada um.

Neste contexto, vê-se a necessidade da capacitação dos profissionais de educação para lidar com a diversidade de alunos que adentram nas escolas todos os anos, tendo em vista que necessitam de habilidades para desenvolver o ensino dos conteúdos da classe regular para os educandos no AEE, pois tratam-se dos mesmo, mas que devem ser complementares, pois não substituem os saberes que devem ser construídos cotidianamente na socialização na sala de aula regular, mesmo porque, esse educandos necessitam frequentar os dois ambientes em horários alternados, daí o ensino de um complementar o do outro.

Há a necessidade de que o educador seja perceptível às habilidades de cada educando, tendo em vista que cada um deles é uma fonte rica de experiência, inspiração e desafio que se utilizada especificamente, pode contribuir com a efetiva aprendizagem da turma no geral, removendo barreiras encontrada ao longo da caminhada de cada educando, seja ele especial ou não, e isso se faz, tornando a aprendizagem interessante e útil.

Neste contexto, entende-se a necessidade de pensar a inclusão como uma forma de aproveitar nas capacidades dos educandos em todos os aspectos, tanto em aprender, bem como de ensinar. Tendo em vista a promoção da igualdade de direitos disposta nas Leis brasileiras, é necessário segundo Goffredo (2010) que “inclusão passe a ser palavra-chave para se alcançar a verdadeira democracia”.

Nesse sentido, Silva (2014) discorre que é preciso estar atento as inovações que objetivam garantir o AEE desde o nascimento para que através de serviços de estimulação precoce a pessoa com deficiência perpassa pela educação básica até a superior, desenvolvendo as habilidades básicas de engajamento emancipado-se na sociedade.

Nesse viés, Mantoan; Santos (2010) apresentam que os educadores dos AEE, necessitam de conhecimentos práticos em:

Libras; Língua Portuguesa para alunos com surdez; Sistema Braille; Recursos de informática aplicada à produção Braille; Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, magnificadores de tela para baixa tensão); Recursos ópticos e não óptico para baixa visão; Produção Braille e adaptação de material impresso em tinta; Uso do soroban ou ábaco; Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas; Avaliação funcional da visão; Orientação e mobilidade para pessoas cegas; Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas; Tecnologia Assistiva - TA; comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível; Desenho universal; Comunicação para aluno surdocegos, entre outras práticas. (MANTOAN; SANTOS, 2010, p.33)

Seria o exemplar, mas o que realmente vem acontecendo na maioria das instituições, é o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais as turmas regulares de ensino, onde os educadores não possuem nenhuma formação para lidar com esses alunos. A maioria dessas instituições não dispõem das salas de recurso para a aplicação do AEE, os educadores ficam

um em cada turma, não dispondo de nenhum auxílio para desenvolver esse atendimento, nem que seja concomitantemente ao horário das aulas normais. Isso acaba prejudicando todos os alunos da turma, pois o educador não dá conta de atender as necessidades de cada aluno e as demandas especiais daqueles que necessitam de uma maior atenção.

É preciso que se compreenda que é através da cooperação de todos que se contribui com a construção de uma escola inclusiva, perpassando pela formação específica para o AEE, bem como na construção desse espaço em cada instituição onde segundo Silva (2014), o professor “evolua e se aproprie de conhecimentos necessários para o atendimento às especificidades que apresenta o aluno com deficiência”.

Diante do exposto entende-se que há a necessidade de um professor específico de AEE, que necessita compreender que sua prática compreende uma multiplicidade de funções, e que sua atribuição não é única, além de atender o aluno em si, mas que estão atreladas a outras ações que visam promover igualmente os recursos de acessibilidade. (MACHADO, 2010, p.61). Ou seja, promovendo inclusão do aluno em todos os espaços escolares, promovendo articulação com o professor da sala regular e com a comunidade em geral.

Diante da perspectiva de inclusão da pessoa com necessidade especial na escola, surge no Projeto Político Pedagógico – PPP. A demanda de um projeto que considere as diferenças e respeite os direitos de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, portanto deve sistematizar a escola com base nas Diretrizes propostas pela Resolução CNE/CEB nº4/2009 em seu art. 10 que estabelece que o projeto pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE a participação de toda a equipe escolar. (MANTOAN; SANTOS, 2010, p.46). Para tanto, as instituições devem ter como base, o Manual de Orientação “Programa de Implantação de Salas de Recursos”, lançado em 2010 pelo Ministério da Educação, de acordo com esse documento, as salas devem ser caracterizadas em dois tipos:

Sala do tipo I: Equipamentos: 02 Microcomputadores, 01 Laptop, 01 Estabilizador, 01 Scanner, 01 Impressora laser, 01 Teclado com colmeia, 01 Acionador de pressão, 01 Mouse com entrada para acionador, 01 Lupa eletrônica; Mobiliários: 01 Mesa redonda, 04 Cadeiras, 01 Mesa para impressora, 01 Armário, 01 Quadro branco, 01 Kit de lupas manuais, 02 Mesas para computador, 02 Cadeiras, 01 Memória tátil; Materiais Didático/Pedagógico: 01 Material Dourado, 01 Esquema Corporal, 01 Bandinha Rítmica, 01 Memória de Numerais, 01 Tapete, Alfabetico Encaixado, 01 Software Comunicação Alternativa, 01 Sacolão Criativo Monta Tudo, 01 Quebra Cabeças - sequência lógica, 01 Dominó de Associação de Ideias, 01 Dominó de Frases, 01 Dominó de Animais em Libras, 01 Dominó tátil, 01 Alfabeto Braille, 01 Plano inclinado – suporte para leitura, 01 Memória tátil. (MEC/SEESP, 2010, p.11).

No que se refere a sala de tipo II, esta deve conter todos os recursos da sala tipo I, e adicionados a estes, alguns recursos de acessibilidade destinados a alunos com deficiência visual, conforme descrito abaixo:

Equipamentos e Materiais Didático/Pedagógico: 01 Impressora Braille – pequeno porte, 01 Máquina de datilografia Braille, 01 Reglete de Mesa, 01 Punção 01 Soroban 01, Guia de Assinatura, 01 Kit de Desenho Geométrico, 01 Calculadora Sonora. (MEC/SEESP, 2010, p. 12)

Muitos educadores são contra a sala de recurso, por acharem que ao trabalharem nesses moldes com os alunos com necessidades especiais estarão discriminando os mesmos, mas, a sala de recurso se utilizada por profissional treinado, poderá desenvolver diversas habilidades nesses educandos, que jamais serão desenvolvidas no ambiente regular.

2.2. O ATENDIEMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE PICOS

De acordo com educadores que trabalham na sala de recurso, o atendimento especializado na cidade de Picos – PI teve início na Escola Estadual Landre Sales no ano de 2007, com o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais de acordo com o que normatiza a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) através do Ministério da Educação e Cultura – (MEC). Nesse sentido, vem garantindo o AEE para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (MEC/SEESP, 2011).

Em se tratando da Rede municipal de Ensino, esse trabalho teve início em 2011, e a escola escolhida como campo de pesquisa está vinculada à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Picos.

No que se refere a acessibilidade, mais de 80% das escolas picoenses possuem espaço adequado a locomoção dos portadores de necessidades especiais, sendo equipadas com rampas e banheiros adaptados aos deficientes físicos. Os serviços de apoio especializado estão em fase de expansão gradativa. Atualmente, de acordo com o Departamento de Educação Especial, estão sendo atendidos a maioria dos alunos especiais do município de Picos no AEE. Segundo dados da Secretaria de Educação, apenas 06 professores dão suporte aos alunos que integram as turmas de AEE. As salas de atendimento educacional especializado possuem recursos multifuncionais que beneficiam não só alunos da escola onde estão instaladas, mas também de unidades escolares adjacentes, funcionando como escola núcleo.

Quanto ao suporte técnico, a Secretaria de Educação informou que realiza formações através de oficinas, encontros presenciais e orientação sempre que solicitado pelas instituições que dispõem destes serviços de atendimento.

Os conhecimentos compartilhados nessas instituições tem o intuito de produzir novos olhares no processo de ensino/aprendizagem, nesse sentido, é preciso que os profissionais que atuam nos AEE estejam dispostos a sempre inovar na busca de estratégias que favoreçam a

acessibilidade do aluno com deficiência, fatores que estão sempre passando por uma avaliação no sistema de ensino da Rede Municipal de Educação de Picos, visando sempre a promoção do ensino igualitário e acessível a todos.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Após ser realizada uma abordagem a respeito da exclusão social, dos tipos e novas formas de exclusão, na legislação vigente, bem como uma análise histórica dos direitos e

garantias das pessoas com deficiência, bem como a legislação vigente e na escola como espaço inclusivo, é chegada a hora de analisar como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no regular de ensino público em âmbito municipal (Política de Educação Inclusiva no município de Picos).

Assim, pois, como precedente o desenvolvimento deste trabalho, aconteceu em âmbito municipal da cidade de Picos, através de uma pesquisa voltada para a área da inclusão das pessoas com necessidades especiais nesta escola da rede pública com o propósito de analisar suas possibilidades de acesso à escola.

3.1. A ESCOLA CAMPO DE PESQUISA

O presente trabalho desenvolveu-se na escola Municipal Padre Madeira, que está localizada na Rua Carlos Marcílio, 28 – São Sebastião – CEP – 64.600.358 – Picos – PI, é regulamentada pela autorização no Conselho Federal de Educação. A instituição possui cerca de 210 alunos distribuídos no Ensino Fundamental I e II.

A instituição pesquisada, é privilegiada por um espaço físico bem conservado, possui um total de 21 dependências, sendo: 1 sala da diretoria, 1 laboratório de informática, 1 cozinha, 1 sala de leitura, 1 banheiro para deficientes, 1 banheiro com chuveiro, 1 galpão, 1 jardim externo, 1 sala dos professores, 1 secretaria, 1 biblioteca, 1 banheiro interno, sala de recursos para deficientes, 1 despensa, jardim interno e salas de aula.

Além de funcionar em meio período com Ensino Regular Fundamental, anos iniciais e finais, a escola também oferece Educação de Jovens e adultos (EJA) anos iniciais e finais, bem como Educação Profissional nível fundamental, na modalidade presencial.

O centro educacional ainda dispõe de atividades complementares como: Apoio escolar em leitura e produção de texto, apoio escolar em letramento e alfabetização, tecnologias de apoio a alfabetização, dança e futebol, tudo visando o melhor desenvolvimento cognitivo dos educandos.

A instituição de ensino conta também com um quadro de profissionais especializados, onde a maioria é especialista, porém desenvolvem trabalhos em outras áreas, neste sentido há professores com formação em história e matemática lecionando nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

No que se refere a inclusão de pessoas com deficiência, a escola dispõe de Atendimento Educacional Especializado – (AEE), onde disponibiliza cursos na língua escrita para aluno com deficiência, curso de uso da informática acessível, cursos para autonomia na escola, todos visando a acessibilidade e inclusão do Portador de Necessidades Especiais.

3.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo foram apresentados os pressupostos metodológicos que sustentam este estudo. Assim, inicialmente delineou-se a natureza da pesquisa que fundamentou a investigação, com base nos teóricos Sasaki (1997), Goffredo (1999) e Mantoan; Santos (2010), seguida da discussão sobre o lócus da investigação, os sujeitos selecionados e os instrumentos escolhidos para a coleta dos dados na perspectiva de Ventura (2002). Por fim, discutimos acerca de como foi empreendida a análise dos dados segundo Cervo e Bervian (1983).

3.2.1. Natureza da pesquisa

As constantes mudanças que ocorrem cotidianamente no âmbito educacional exigem novas maneiras de pensar e construir o conhecimento, tendo em vista que o fenômeno educativo, é algo subjetivo e complexo, neste sentido pressupõe-se que a pesquisa em educação deve primar por uma investigação que respeite essas particularidades de cada envolvido no processo.

Nesse estudo optou-se por uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Para (CERVO; BERVIAN 1983, p. 55) pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Esse contexto precisa ser considerado a fim de que o pesquisador obtenha informações em maior quantidade de modo a responder a seus questionamentos acerca da temática estudada e alcance os objetivos traçados para a pesquisa.

A propósito desse pensamento, a pesquisa também apresenta-se do tipo de campo, onde observou-se de forma direta o espaço escolar utilizado na pesquisa, bem como aplicou-se entrevistas com informantes que captam as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade. Tipo de pesquisa, para Ventura (2002, p. 79), “deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

Neste sentido, a intenção ao investigar o uso A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Escola Municipal Padre Madeira, Picos - PI, foi apresentar como acontece o atendimento desses educandos e as dificuldades enfrentadas durante o uso na sala multifuncional, o intuito não é esgotar o assunto ou oferecer respostas prontas sobre a questão central, tendo em vista a possibilidade de contribuição para a reflexão e a discussão sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, de modo que favoreça a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto sócio educacional.

3.2.2. Sujeitos da pesquisa

Com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, foram entrevistados três educadores da Escola Municipal Padre Madeira, Picos – PI, para tanto, observou-se o seguinte critério: 1. Estarem atuando no AEE; 2. A não divulgação dos nomes, bem como de fotografias, com vistas a preservação da identidade dos mesmos que seriam identificados no texto por pseudônimo representado com nomes de flores: Lírio e Cravo, ambas de sexo feminino e com idades entre 37 e 40 anos, estas trabalham na sala de recurso e Bromélia que é titular de uma sala regular que contém alunos com necessidades especiais, sendo um autista e outro, deficiente físico

Quanto ao nível de escolaridade, as educadoras que trabalham na sala de recurso, ambas são graduadas, uma em Pedagogia e História, outra em Pedagogia, e as duas tem especialização em Educação Especial, trabalham na instituição há cerca de 15 anos, sendo que desde 2011 na Sala de Recurso AEE. A professora da sala regular, é graduada em pedagogia e especialista em psicopedagogia e também trabalha na escola desde 2003.

3.2.3. Respostas das professoras a algumas questões da entrevista

Nesse tópico será disposto algumas das respostas dadas pelas professoras Lírio e Cravo, servidoras das salas AEE, ao questionário da entrevista. As educadoras que responderam essas questões são respectivamente, Licenciada em História e Pedagogia, Especialista em Educação Especial; Licenciada em Pedagogia e Especialista em Educação Especial, e trabalham na sala de recurso desde a inauguração

- Algumas das questões da entrevista, respondidas pelas educadoras;

1. Quantos alunos portadores de deficiência a escola possui?

Lírio: 30 alunos, porém destes, apenas 25 participam das aulas ativamente.

Cravo: 30

2. Quais deficiências eles apresentam?

Lírio. Intelectual, surdez, autismo, síndrome de down, deficiência física e baixa visão.

Cravo. Intelectual, surdez, autismo, síndrome de down, entre outras.

3. Como acontece o atendimento desses alunos na sala de recurso (AEE)?

Lírio. R. Em contra turno, ou seja, os alunos que estão na sala regular pela manhã, participam da sala de recurso à tarde e os que estão na sala regular pela tarde, frequentam o AEE pela manhã, porém tem alguns deles que frequentam apenas as salas de recurso.

Cravo. R. Em turnos alternados.

4. Quais dificuldades apresentadas pelos educandos especiais no que se refere a aprendizagem?

Lírio¹. R. Eles apresentam dificuldades desde a participação, pois não contam com transporte especializado, ficando sua frequência a cargo dos familiares que na maioria dos casos não os apoiam, além disso, enfrentam a falta de material didático especializado e recursos metodológicos.

Cravo². R. O maior dificuldade está na adaptação, bem como nos materiais que são precários.

5. Como acontece a socialização dos educandos portadores de necessidade especiais com os outros educandos?

Lírio. R. Atualmente acontece a socialização, mas no início, os alunos considerados “normais” utilizavam de termos ofensivos com os mesmos e os excluíaam do seu convívio.

Cravo. R. Através da inclusão destes nas atividades na sala regular.

6. Quais as maiores dificuldades que os educadores tem em trabalhar com os portadores de necessidades especiais?

Lírio. R. A primeira das dificuldades que os educadores tem é em chamar a atenção de alguns educandos que possuem uma deficiência mais severa, que nem ficam sentados, quanto mais prendem a atenção nas atividades, o que vem a dificultar o trabalho dos professores. Outro fator preponderante nesse caso, é a falta de recursos específicos a cada caso, sendo portanto, o educador o responsável por conseguir estes recursos.

Cravo. R. Na falta de capacitação dos educadores.

7. Você acha que a sala de recursos facilita o trabalho com os deficientes?

Lírio. R. Sim, pois nesse ambiente os alunos tem a oportunidade de socialização com pessoas com o mesmo tipo de deficiência, percebe-se que sentem-se à vontade e melhoram os comportamentos, além disso, a sala conta com vários recursos que ajudam no desenvolvimento cognitivo e social dos educandos, tendo em vista que com a ajuda desses objetos conseguem assimilar de maneira mais eficaz conteúdos como leitura, escrita, além de, exemplo, aprenderem a comunicar-se socialmente através da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, entre tantos recursos específicos de cada necessidade especial.

Cravo. R. Sim, pois lá adquirem diversas habilidades.

¹Educadora licenciada em História, entrevistada pela autora deste trabalho.

²Educadora licenciada em Pedagogia, entrevistada pela autora deste trabalho.

3.3. ANÁLISE DOS DADOS

Percebe-se que mesmo a inclusão tratando-se de um processo de construção, as respostas apresentadas pelas professoras indicam que estas compreendem que o AEE vem passando por diversas modificações, com o intuito de atender as necessidades que se apresentam. Na opinião delas, os profissionais que realizam este serviço têm se empenhado para promover a inclusão de forma efetiva e para isso, vem acontecendo investimentos voltados para o atendimento a todas as deficiências.

No que concerne às práticas que estão sendo desenvolvidas no AEE em Picos, duas das três afirmaram a qualidade do trabalho, além de destacar o esforço pessoal do educador que atua nesses espaços, o que parece ser o ponto mais forte.

“O trabalho que está sendo realizado é bem feito e de forma responsável, eu acho que os educandos estão sendo beneficiados, tendo em mente que frequentam um espaço com o qual se identificam”. (LÍRIO)³

Segundo a educadora, a instituição está desenvolvendo seu papel com responsabilidade, pois oferece um espaço no qual os educandos sentem-se a vontade, tendo em vista que oportuniza-os a socializar-se.

Nós estamos sempre buscando desenvolver um trabalho bem feito, e isso vem sendo reconhecido inclusive por parte das famílias, é um resultado que nos faz reconhecer os resultados que são bons. E para tanto, estamos sempre em busca de melhora para o nosso trabalho. As pessoas que estão envolvidas no AEE, abraçaram a causa e busca sempre por resultados positivos, em que haja a inclusão de forma efetiva desse educando na sociedade. É tão gratificante, que a gente acaba considerando a criança como um filho. (CRAVO)⁴

Cabe aqui também a discussão sobre a formação desses profissionais que trabalham nas salas de recursos. No ambiente pesquisado evidenciou-se a preocupação do Sistema Municipal de Ensino na escolha dos educadores que trabalham no referido ambiente, tendo em vista que ambos possuem formação em Educação Especial, o que apresenta-se como uma grande conquista para o alunado. De acordo com Kassar (2001) o Brasil vem lançando programas com vistas a cumprir os acordos internacionais, disseminando a inclusão no país.

Neste sentido, o relato de Cravo expressa que os profissionais que atuam no AEE na instituição pesquisada têm formação para atuar na área de Educação Especial, pois estes têm especialização para atender às deficiências, além de outras formações que agregam e ampliam conhecimentos na área. Desse modo, considera-se que, mesmo de forma lenta, os resultados têm se apresentado de maneira positiva.

³Entrevista cedida pela professora Lírio a autora deste trabalho no dia 12/11/2018.

⁴Entrevista cedida pela professora Cravo a autora deste trabalho no dia 12/11/2018.

Segundo o educador, na sala de recurso os educandos vem conseguindo progredir bastante nas suas limitações e desenvolver novas habilidades que tem os possibilitado inserir-se no meio social de forma mais autônoma. Neste sentido, alguns deles desenvolveram habilidades de pintura, desenho, dança, entre outras. Estas habilidades os tornam capazes de igualarem-se à seus colegas que não possuem deficiência, aumentando a autoestima e a segurança desses alunos considerados especiais.

3.3.1. A inclusão dos alunos Especiais na sala regular

Em conversa com a educadora da sala regular que possui alunos com necessidades especiais, evidenciou-se que o trabalho com esses alunos no referido ambiente é bem mais complexo, tendo em vista que a docente não possui auxiliar e precisa lidar sozinha com alunos diversificados. A turma que ela trabalha é numerosa, composta por 32 educandos, além dos alunos especiais, a turma conta com alunos disléxicos, com problemas de aprendizagem de leitura e escrita, crianças mal comportadas e com família desestruturadas.

É muito complicado o meu trabalho, não acho que meus alunos especiais estejam sendo incluídos, pois não disponho de tempo para me dedicar a eles como devia, sem contar que não possuo formação na área, o que faz com que não possua as verdadeiras habilidades necessárias ao desenvolvimento do ensino que merecem. (BROMÉLIA)⁵

Com relação às múltiplas funções que o professor apresenta, principalmente na sala regular, principalmente no atendimento as crianças especiais, ele necessita de formação e de prática para apropriar-se dos conhecimentos específicos que cada deficiência apresenta, um desenvolvimento mais eficaz de sua profissão. Mantoan e Santos (2010).

Segundo Mantoan e Santos (2010), sem formação específica a cada necessidade, não ocorre a inclusão do educando, por esse motivo a importância da formação docente, a educadora Bromélia, queixa-se que é muito difícil manter o aluno autista de sua turma quieto na sala, “ele fica a aula inteira gritando, isso tira a atenção dos colegas e é uma barreira a inclusão dele ao ambiente”. (Bromélia)

“Há dias que o aluno autista sai para o banheiro e fica no pátio pegando objetos do chão e colocando na boca, se saio para ir ao encontro dele, ao voltar a turma está a maior bagunça. A família parece que envia a criança a escola apenas para livrar-se dele”. (Bromélia)

A educadora também fez um relato sobre um deficiente físico, o qual segundo ela, apesar de suas limitações, está sempre buscando socializar-se com seus colegas, que empurram a sua cadeira como se fossem seus motoristas particular. No que se refere a aprendizagem, ele

⁵Entrevista concedida a autora deste trabalho pela educadora Bromélia, em 12/11/2018

acompanha todas as atividades dispostas aos alunos da turma, sabe ler, escrever, contar, entre outras habilidades propostas a turma. A única limitação que possui é nos movimentos.

Mesmo em meio há tantas dificuldades, a educadora coloca que acredita na integração de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar, pois trata-se de uma maneira desse alunos desenvolverem a socialização com crianças da mesma idade e estarem envolvidos com alguma atividades que sirvam para sua futura emancipação.

3.3.2. Depoimento de um aluno especial

O presente depoimento trata-se do relato de um portador de necessidade especial, que nasceu com paralisia parcial, a deficiência dele afetou as pernas e por esse motivo tem muita dificuldade de se locomover. De família humilde e morador de uma zona rural do município de Bocaina – PI, não teve oportunidade de frequentar clínicas de reabilitação, tendo em vista que esse serviço só foi implantado na cidade de Picos há pouco tempo, e esse tratamento além de caro, só era realizado nos moldes particular e em capitais brasileiras, ficando ele impossibilitado de fazer tratamento, mas com muito esforço conseguiu aprender a andar, mesmo com muita dificuldade. Atualmente tem 28 anos de idade e é Bacharel em Administração. Sua história é um exemplo de superação e de inclusão ao meio social sem ajuda especializada

Com o intuito de não expor o rapaz, ele não terá seu nome verdadeiro divulgado no trabalho, recebendo o nome de um sentimento, será nomeado de Felicidade.

- Depoimento:

Nasci no povoado de Lagoa Grande, Zona Rural do município de Bocaina – PI, no ano de 1990, sou portador de deficiência física por causa de uma paralisia infantil, com muito esforço e sem tratamento adequado, consegui aprender a andar.

Minha vida escolar teve início aos meus quatro anos de idade, quando frequentei o pré-escolar na Escola Municipal Joviniano Epifânio de Macedo, nessa época não havia transporte escolar, minha família não possuía transporte próprio e minha mãe me levava a escola no seu colo, frequentei por um ano a instituição, mas como eu estava crescendo e a escola mais próxima ficava há cerca de dois quilômetros da minha casa, minha progenitora não dava mais conta de me carregar, então tive que parar de frequentar a sala de aula.

Alguns anos depois, com livros de minhas irmãs, aprendi a ler sem ajuda de ninguém. Em 2001, com ajuda de um professor da Secretaria Municipal de Educação, fui matriculado novamente na escola. Esse educador, todos os dias após o turno dele na instituição, me aplicava todas as atividades da turma na minha casa, pois eu não tinha como frequentar a escola, além

disso, a cada final de mês realizava as minhas avaliações. Somente no ano de 2004 comecei a frequentar a escola, pois foi implantado o programa de governo de transporte escolar.

Nunca contei com Atendimento Especializado, sempre frequentei o ensino regular em escola pública e me adaptei muito bem. Meu relacionamento com os professores sempre foi amigável, porém eles nunca exigiram de mim menos, por causa da minha deficiência, pelo contrário, me viam como qualquer outro aluno.

Sempre recebi incentivo para estudar, meus pais fizeram tudo que podiam para que eu estudasse, me apoiando e ficando ao meu lado, juntamente com minhas irmãs.

Com muito esforço fiz meu Ensino Fundamental e Médio no município de Bocaina, mas não me contentei com isso e fiz vestibulares, até que fui selecionado no vestibular da Universidade Estadual do Piauí, para o Curso de Administração. Ao receber a notícia que havia passado no vestibular, senti uma sensação quase que inexplicável, que uma nova jornada iniciaria e que o meu esforço seria maior, pois desta vez teria que me deslocar todos os dias da minha casa na zona rural do município de Bocaina, utilizar um transporte escolar até a universidade que ficava localizada em outra cidade e a noite refazer o percurso ao retornar a minha residência. Para fazer o meu deslocamento até a cidade vizinha, meu pai adquiriu um automóvel, em que todos os dias me levava até a Van escolar, sempre era o primeiro a chegar na universidade, antes mesmo que o professor.

Os professores da universidade me incentivaram bastante, pois acreditaram na minha capacidade, nunca me dispensaram tratamento especial pela minha deficiência, me tratavam igual aos outros alunos do curso.

Ao término do curso minha sensação foi de dever cumprido, que o esforço e alguns sacrifícios valeram a pena, que os professores realmente tinham razão, que eu era capaz de superar meus próprios medos e que meus obstáculos foram de graus que consegui superar subindo para a chegada do final do curso.

Por esse motivo, deixo minha mensagem aos jovens deficientes, se tiverem oportunidade como a minha, agarrem e não desistam diante das dificuldades, pois todos somos capazes de superar as barreiras encontradas no caminho, o melhor de tudo é o sabor da vitória.

Diante desse depoimento emocionante, percebe-se que a inclusão escolar pode acontecer, e depende também da disponibilidade do próprio portador de necessidade especial, pois, se diante das barreiras que esse rapaz encontrou, se tivesse desanimado não teria conseguido alcançar seus objetivos. Além disso, necessita-se também do apoio familiar, que foi o que ele sempre dispôs desde o início, quando sua mãe o carregava quilômetros no colo para

que frequentasse a escola. Ele sempre esteve cercado de pessoas que o apoiaram e incentivaram a nunca desistir.

Além da persistência desse rapaz, diante de suas palavras, percebe-se também que mesmo sem formação especializada, muitos educadores ainda tentam fazer a diferença na vida desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio enfrentado pelos educadores e educandos no que se refere a educação especial vem perdurando durante anos e levando a busca de maneiras inovadoras para contribuir com a produção de conhecimentos acerca do uso de Tecnologia Assistiva nas instituições de ensino, tendo em vista a relevância do assunto, buscou-se então apresentar como está se desenvolvendo esse trabalho na Escola Municipal Padre Madeira, na cidade de Picos – PI.

A proposta de inclusão de alunos especiais é um imperativo social e o atendimento desses educandos nas escolas deixam muito a desejar, pois não respeitam as especificidades de cada aluno. Segundo as educadoras envolvidas na pesquisa, isso acontece devido à falta de incentivo familiar, de insumos materiais que atendam essas particularidades, professores qualificados, auxiliares no ambiente escolar regular, pois de acordo com eles, de que adianta atendimento especializado nas salas de recurso, se ao incluir esse alunos nas salas regular o professor titular não tem como atender a demanda deles e dos outros educandos da turma concomitantemente? Então, ou eles ficam excluídos em um canto da sala, enquanto o educador dar atenção aos seus colegas que não possuem as demandas deles, ou os outros ficam excluídos enquanto o educador tenta atender as necessidades que esses educandos apresentam.

Diante desse cenário, ocorreu que, a inclusão trata-se de um processo de difícil implementação, visto que as condições dispensadas a eles são mínimas, o que deixa os alunos ainda muito distante do tratamento adequado preconizado pela legislação que rege a inclusão, por essa razão, a inclusão acaba por se tornar exclusão e as dificuldades só fazem aumentar.

Face às diversas dificuldades detectadas no ambiente pesquisado, compreende-se que a Educação Especial acontece permeada de conflitos, tendo em vista que a rejeição apresentada pela sociedade a esse tipo de trabalho inclusivo, onde as pessoas vem de uma cultura que não educa para acolher estas pessoas, mas que exclui e/ou os percebem como incapazes.

Neste sentido, entende-se que é preciso repensar a postura em relação ao tratamento dado ao portadores de necessidades especiais, repensando a proposta de inclusão, visto que as deficiências não podem ser vistas como uma deformidade a ser defendida, mas ao mesmo tempo mantida fora do contexto social, é preciso encarar as diferenças dessas pessoas devem ser defendidas e inseridas na sociedade de forma que garanta todo respeito que o ser humano merece.

O atendimento especializado na instituição pesquisada está de parabéns pelo esforço em desenvolver um trabalho de qualidade, mas as autoridades responsáveis por ela necessitam investir para uma melhoria, tanto no ambiente físico como material, além de contratar pessoal

especializado para as salas regulares que contenham portadores de necessidades, pois só assim haverá uma inclusão total desse educando na comunidade escolar e posteriormente na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, N.B. **O “Eu” e o “Nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula.** In: **Pedagogias das diferenças na sala de aula.** Marli André (org.). São Paulo. Editora Papirus, 1999.

ANTÔNIO, Marco L. **A exclusão das pessoas com deficiência do sistema de ensino.** Luís Nassif, online, 2012. Disponível em jaornalgn.com.br. Acesso em 12/11/2018.

ARROYO, Miguel. **Da escola carente à escola possível.** São Paulo: Loyola, 2001.

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito. **Por uma pedagogia inclusiva.** João Pessoa: Manufatura, 2006.

BERSCH, Rita. Introdução a Tecnologia Assistiva. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva . Atendimento educacional especializado – Deficiência Física. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007

BONETI, L. W. **Estado e exclusão social hoje.** In: **ZARTH, P. (Org.). Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Unijuí, 1988.

BORGES, A. C.; PERERA, E. F. Batista. **Reflexões Sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores.** UNESP. Marília. Disponível em www.unesp.com.br. Acesso em 18/11/2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988

_____, **Presidente da República. Lei N° 10.098/1994.** Brasília: 2000. Palácio do Planalto.

_____. LDB n° 9394, de 20 dez. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.** Brasília, DF: Ministério da educação e Cultura.

_____. Lei n° 13.146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: 2015.

_____. Ministério da Educação. **Direito à Educação, Necessidades Educacionais Especiais: Subsídios para a atuação do Ministério Público Brasileiro.** Brasília, DF:MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Direito Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF:MEC/SEESP, 2001.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2011.

_____, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de sala de Recursos Multifuncional.** Brasília: MEC/SEESP, 2010

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2011.

- BRASÍLIA, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed., DF, Secretaria de Educação Especial, 2002.
- BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2001.
- _____. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto alegre: Mediação, 2004
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 1.ed. São Paulo: Prentice Hall, 1983.
- COSTA, Alfredo Bruto. **Exclusões sociais**. Disponível em contrapobreza.bogspot.com. 2011. Acesso em 10/11/2018.
- CNE/CEB nº 4/2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- DORNELES, Beatriz Vargas. **Mecanismos Seletivos da Escola Pública: Um estudo etnográfico na Periferia de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Curso de Pós-graduação. UFRGS. Porto Alegre, 1986.
- DUBET, F. **A escola e a exclusão**. In Pícolli, Roberta. **Educação Inclusiva do Aluno com Necessidades Especiais: Desafios e Perspectivas para os gestores**. Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em gestão educacional. UFSM –RS. Santa Maria. 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREITAS, H. C. L. De. **A nova política de formação de professores: A prioridade postergada**. Rev. Educação e Sociedade. Out. 2007. V.28, n 100 p.1203-1230.
- FUZARO, Mariana. **A exclusão do deficiente: as consequências para a sociedade como um todo e consequentemente para os indivíduos**, 2016. Disponível em medium.com.br. Acesso em 16/11/2018.
- GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- KASSAR, Monica de Carvalho Guimarães. **Deficiência Múltipla e educação no Brasil. Discurso e Silêncio na história dos sujeitos**. Campinas. Autores Associados, 2001.
- MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**/Rosângela Machado. – 1. ed. São Paulo: vozes, 2010.

MARIA Teresa Eglén. SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.** -1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **A inclusão Escolar: O que é? Por que? e Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 95 p.

MEIRELLES, Elisa. **Uma inclusão só no papel: meninos e meninas com deficiência.** rev. Nova Escola. Abril: Julho de 2014. Disponível em novaescola.com. Acesso em 20/11/2018.

MELO, Patrícia Diógenes de; ARNAUD, Ana Paula. **Acessibilidade na Escola: Um direito de todos.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em www.ifpb.com.br. Acesso em 12/10/2018.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio.** 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses sobre a Nova exclusão social: dos excluídos necessários, ao excluídos desnecessários.** Cad. CRH. Salvador, n.21. p.29-47. 1994.

PATTO, Maria Helena de Sousa. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo. T. A. Queiroz, 1991.

Pícolli, Roberta. **Educação Inclusiva do Aluno com Necessidades Especiais: Desafios e Perspectivas para os gestores.** Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em gestão educacional. UFSM –RS. Santa Maria. 2010.

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade.** Freitas Soraia Napoleão. Santa Maria. UFSM. 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader. **Introdução. Exclusão Inclusão ou Perversa?** Vozes: Petrópolis, 1999.

SILVA, Bezerra Juliana. **Exclusão Social.** Disponível em www.todmateria.com.br. Acesso em 09/11/2018.

SILVA, J. D.; Libório, R. M.C. (org.). **Valores, preconceitos e práticas educativas.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005. ISBN 85-7396-445-6.

SILVA, Lázara Cristina da; DECHICHI, Claudia. **Inclusão Educacional do Discurso à realidade; construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais.** EDUFU: Uberlândia, 2012.

SILVA, M. F. da. **A tecnologia Assistiva nas aulas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, no município de Teresina.** Dissertação apresentada a UFPI para obtenção do título de Mestre em Educação. Teresina, 2014.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Social no Brasil.** Fundo Nacional das Nações Unidas. Busca Ativa Escolar, 2017.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de and MONTEIRO, Alexandra S.R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2010, vol.16, n.3, pp. 415-428. ISSN 1413-6538.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – PICOS - PI
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
QUESTIONÁRIO

Nome _____ Formação: _____ Idade _____

1. Como foi o início da sua jornada escolar?

No início na idade normal que dava para minha mãe me levar nos braços para a escola eu fiz o jardim I, aqui mesmo na lagoa grande. Mas foi apenas um ano. Alguns anos depois com os livros de minhas irmãs eu aprendi a ler sem ajuda de ninguém. Em 2001 com ajuda de um professor e a secretaria de educação do município, me matricularam em uma escola que ficava perto daqui do meu povoado, mas eu não frequentava as aulas presencialmente. Aguardava as atividades e no fim do mês eu fazia as provas. Somente em 2004 fui para uma escola. Foi nessa época que comecei a minha jornada escolar.

2. Você contava com atendimento especializado?

Não. O mesmo atendimento dado aos alunos não deficientes também era dado para mim.

3. Você sempre estudou em escola pública?

Sim, sempre estudei em escolas públicas.

4. Como era o seu relacionamento com os professores?

Eram um relacionamento de amigos, mas eles nunca deixaram de exigir menos de mim pela minha deficiência. Eles me viam e me veem como qualquer um outro aluno.

5. Sua família sempre o incentivou?

Sim, meus pais principalmente sempre me incentivaram para que concluísse a minha jornada escolar.

6. Qual a sua sensação ao descobrir que foi selecionado no vestibular?

Foi uma sensação inexplicável. Uma sensação de que uma nova jornada estava preste a começar. E que exigiria mais esforços e mais determinação de minha parte.

7. Como dava-se a sua frequência na universidade?

Eu quase nunca faltei, nem quando ficava doente. Falei algumas vezes pois acontecia do carro furava o pneu, mas mesmo assim eu conseguia alguma forma de conseguir de

chegar ao ponto de van a tempo. Eu era sempre um dos primeiros a chegar na universidade. Antes mesmo que o próprio professor.

8. Como era o seu relacionamento com os professores e os colegas de faculdade?

Era um relacionamento amigável de um professor e aluno. Sempre acreditaram que eu era capaz e que não merecia tratamento especial por causa de minha deficiência. O tratamento e relacionamento era igual aos demais alunos.

9. Qual a sua sensação ao término do curso universitário?

De dever cumprido. Que o esforço e alguns sacrifícios valeram a pena. Também de que os professores sempre estavam certo. Que sou capaz de superar assim como outra pessoa que não tem algum tipo de deficiência. Que os obstáculos são os mesmo eu tendo uns obstáculos a mais que os outros não queria dizer que eu não fosse capaz, tal vez isso eu aprendesse a usar não como uns obstáculos, mas como uma motivação de chegar a linha de chegada, que era a tão sonhada conclusão do curso.

10. Que conselho você daria aos jovens, que enfrentam dificuldades no ambiente escolar?_

Que não desista, persista a continue lutando com foco, naquilo que você almeja. Um amigo da faculdade me dizia quando eu pensava em desistir: "A deficiência está na nossa mente, se você acha que não é capaz, você nunca será se você desistir. Se hoje você está onde está, é porque você é capaz de ir mais longe". Mesmo que você ache que não é capaz, persista cada perda tente outra vez, se esforce, trilhe essa jornada. Mesmo que demore mais você conseguira e o sabor da vitória é muito bom e daí em diante você não vai querer parar, sempre vai querer mais desafios.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – PICOS - PI
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
QUESTIONÁRIO PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA

Nome _____ formação _____

Instituição _____

1. Há quantos anos você trabalha nessa instituição?

2. Quantos alunos portadores de deficiência a escola possui?

3. Quais deficiências eles apresentam?

4. Como acontece o atendimento desse alunos?

5. Desde que ano a escola possui a sala de recursos?

6. Quais dificuldades apresentadas pelos educandos no que se refere a aprendizagem?

7. Como acontece a socialização dos educadores portadores de deficiência com os demais educandos?

8. Quais as maiores dificuldades que os educadores tem em trabalhar com os educadores portadores de deficiência?

9. Você acha que a sala de recurso facilita o trabalho com os deficientes?

10. Os educadores que trabalham com esses alunos possuem alguma formação na área?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 Monografia
 () Artigo

Eu, Francislene Maria Gonçalves de Paesada,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
A Inclusão ou Integração de Alunos com necessidades
especiais: uma perspectiva no âmbito da escola municipal padre melchior Picos
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 20 de 08 de 2019.

Francislene Maria Gonçalves de Paesada
 Assinatura

 Assinatura